

NÚCLEO DE ENSINO/UNESP: TRABALHO DIFERENCIADO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE SOCIOLOGIA¹

Sueli Guadalupe de Lima MENDONÇA²

Resumo: O presente artigo apresenta uma reflexão sobre a formação de professores de Sociologia, a partir do trabalho desenvolvido pelos projetos do Núcleo de Ensino (NE) de Marília, analisando essas experiências frente às políticas educacionais de formação de professores. Nessa análise se expressam os elementos diferenciadores dessa formação, pautados na articulação teoria/prática, tendo a pesquisa e o trabalho coletivo como eixos centrais de formação. O trabalho do NE se distingue da formação aligeirada, tida hoje como uma alternativa à formação tradicional, e tem despertado o interesse de alunos do curso de Ciências Sociais pela área da educação e sua opção pela licenciatura. Esse processo vem se concretizando num novo modo de se fazer licenciatura, que merece ser avaliado com mais atenção, como uma valiosa contribuição ao debate de formação de professores.

Palavras-chave: formação de professores; ciências humanas e práticas pedagógicas; licenciatura de ciências sociais; universidade e escola.

INTRODUÇÃO

A licenciatura vem se tornando uma temática investigativa necessária e cada vez mais importante na área educacional. A relevância se deve ao fato de educadores e instituições formadoras estarem cada vez mais pressionados pela necessidade de se repensar a formação de professores, uma vez que a complexidade dos problemas educacionais exige uma releitura da escola e de seus agentes, em seus diversos aspectos diante do novo contexto social, marcado fortemente pelo neoliberalismo.

Esse novo contexto está diretamente relacionado com a transformação da educação em mercadoria, um dos eixos centrais da política de globalização gestada pelos organismos internacionais. Nessa direção, a privatização dos serviços públicos e a transformação desses serviços em mercadoria para o livre mercado torna-se a tônica das políticas públicas dos governos afinados com essas instituições. Assim, a política educacional brasileira tem se adequado às diretrizes ditadas pelas agências financiadoras internacionais, pautadas na privatização e desmonte dos serviços públicos. Tal fato vem conquistando espaço importante nos organismos internacionais, como na Área de Livre Comércio da América (ALCA) e na Organização Mundial do Comércio (OMC), que visam à desregulamentação dos serviços públicos, em especial a educação. Grandes empresas internacionais já planejam pôr seus

¹ Este artigo é uma versão atualizada do trabalho "*Licenciatura em Ciências Sociais e Núcleo de Ensino/Unesp: trabalho diferenciado na formação de professores de Sociologia*", apresentado no XI Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, realizado na Unicamp, Campinas, em setembro de 2003.

² Professora das disciplinas de Didática e Prática de Ensino de Ciências Sociais. (Departamento de Didática – Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP – Campus de Marília).

produtos em um novo mercado estratégico, o educacional, onde mudanças se fazem necessárias para viabilizar as novas estratégias do capital para essa nova frente de lucros. Segundo Salmeron,

Está havendo no âmbito internacional enorme pressão para a privatização do ensino em todos os níveis, primário, secundário e superior. Essa pressão já está oficializada na Organização Mundial do Comércio (OMC) há 6 anos, desde 1994, com a assinatura de um *acordo geral para o comércio de serviços*. A inclusão de serviços no âmbito da OMC foi mais um abuso dos países fortes, que passaram a exigir a definição do que deve ser considerado *serviço*. O fato extremamente grave é que a educação passou a ser considerada serviço, ao mesmo nível dos serviços prestados pelas empresas comerciais. E a OMC se dá o direito de negociar medidas para eliminar os obstáculos ao livre acesso ao mercado de serviços, entre eles, evidentemente, a educação. (SALMERON, 2002:3-4, apud LOUREIRO, I., DEL MASSO, M.C.)

Mudanças estruturais na educação vêm sendo implementadas desde o Governo de Fernando Henrique Cardoso e não apresentam mudanças significativas no Governo Lula, ao contrário, há um aprofundamento dessa política, no sentido de adequá-la às diretrizes do Banco Mundial, na busca de uma “racionalidade e eficiência” dos recursos aplicados em educação.

O Ministério da Educação, em seu documento *"Enfrentar e vencer desafios"*⁸, apresenta seis princípios gerais norteadores da política governamental, a partir de 1995: expansão, diversificação do sistema, avaliação, supervisão, qualificação e modernização.

No ensino superior, essa diversificação contempla novas modalidades de organização, como centro universitário, cursos seqüenciais, universidade virtual, educação à distância, que têm como meta principal a racionalidade de recursos e tempo. Essas novas modalidades da educação refletem as diretrizes do Banco Mundial para o setor, já apresentadas em seu documento *La enseñanza superior – las lecciones derivadas de la experiencia*, no qual encontramos as principais estratégias para o ensino superior: estimular a maior diferenciação das instituições, inclusive o desenvolvimento de instituições privadas; promover a diversificação do financiamento das instituições públicas, como, por exemplo, a participação dos estudantes nos gastos da universidade, bem como manter estrita vinculação entre financiamento e resultados obtidos; redefinir o papel do Estado com o ensino superior e adotar medidas destinadas à equidade e qualidade. (Banco Mundial, p.4)

⁸MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Enfrentar e vencer desafios*. Brasília: abril de 2000.

O impacto das orientações do Banco Mundial vai se manifestando no contexto das políticas públicas brasileiras e ganhando espaços institucionais importantes, como na educação. A mudança de concepção de universidade pública, característica de importantes setores dessa instituição, representa uma nova etapa de disputa de projetos de universidade e sociedade.

É nesse quadro maior que se apresenta a necessidade da requalificação do debate sobre a licenciatura do curso de Ciências Sociais, objeto de não muita reflexão pelos sociólogos, nem tão pouco a educação e suas variadas e densas dimensões sociais, manifestas especialmente na escola. Porém, as Ciências Sociais podem e devem contribuir para o enfrentamento desses problemas sociais, não só porque apresentam uma trajetória teórica que lhe permite uma análise sociológica da questão, mas principalmente porque a sua presença no cotidiano escolar pode, de fato, contribuir para a superação de muitos entraves.

Nessa perspectiva, a experiência inovadora da licenciatura de Ciências Sociais, em parceria com o Núcleo de Ensino da UNESP/Marília permite detectar a existência de problemáticas na escola que extrapolam a prática pedagógica, colocando sérios desafios para os educadores.

Os licenciados de Ciências Sociais têm desenvolvido uma formação que atenta para o papel fundamental das ciências humanas no resgate da identidade da instituição escolar, passando por um amplo processo de reflexão e transformação de seus agentes, isto é, alunos, professores, funcionários e a comunidade local. Isso implica uma nova perspectiva de atuação da universidade, trazendo para si a necessidade de redefinir o seu trabalho acadêmico, sobretudo no que se refere à formação de professores e pesquisa educacional. Essa formação se apresenta na contra-corrente da política governamental, que visa o aligeiramento e a superficialidade no processo de formação, em todos os níveis, processo cada vez mais complexo, resultante das diversas variáveis presentes nas relações sociais da sociedade contemporânea.

O NÚCLEO DE ENSINO DA UNESP

A Unesp desenvolve, desde 1987, uma importante experiência, constituída em programa na área educacional, que visa a construção de uma nova relação entre universidade e a educação básica, através de projetos e assessorias permanentes, em nível local e/ou regional. Esse programa, denominado Núcleo de Ensino (NE), pauta-se na atuação sistemática com os níveis antecessores de ensino (pré-escola ao ensino médio), passando pela formação e qualificação dos profissionais da Rede de Ensino, ações pedagógicas junto aos alunos, contemplando, também, a realização de pesquisas educacionais.

Docentes e alunos da UNESP, juntamente com docentes e especialistas da Rede Pública de Ensino, trabalham em projetos coletivamente. A meta inicial foi elaborar um diagnóstico da educação pública paulista, utilizando-se da descentralização e do potencial da UNESP, a fim de formular e até mesmo executar políticas públicas que, efetivamente, viessem a atender as demandas sociais. Tal trabalho tem como base fundamental a articulação das atividades de ensino/pesquisa/extensão.

Esse fato trouxe grandes contribuições às licenciaturas da UNESP, bem como para o desenvolvimento de pesquisas (iniciação científica, mestrado e doutorado), envolvendo alunos e docentes, pois as diversas atividades do NE, permitem um contato mais concreto com a problemática educacional do município e/ou região. Em 1993, já estavam organizados treze NE, nos campus da UNESP nas cidades de: Araraquara, Assis, Bauru, Botucatu, Franca, Guaratinguetá, Jaboticabal, Ilha Solteira, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro, São José do Rio Preto e São Paulo.

A participação dos alunos unespianos no NE foi outro aspecto inovador, pois esta era aberta àqueles que cursavam as licenciaturas, como àqueles cuja disciplina cursada desenvolvesse algum trabalho pertinente à problemática educacional de alguma forma. Essa postura abriu espaço para a criação de NE em campus onde não havia cursos de licenciatura. Esse fato atendia a uma das preocupações da proposta, que consistia em socializar os problemas da educação para o conjunto da Universidade, extrapolando os limites dos departamentos e cursos de educação.

As atividades diferenciadas do NE propiciam, aos alunos participantes, vivenciar problemas do cotidiano escolar de uma forma muito concreta, despertando a sua sensibilidade para a importância da *práxis* para a resolução dos problemas educacionais. Esse fato gerou uma mudança de postura dos alunos, ao terem a possibilidade de superar a fragmentação dos conhecimentos abordados na licenciatura. O trabalho sistemático do NE, também com a pesquisa, motivou-os muito na elaboração de bons relatórios, possibilitando a sua divulgação

em eventos científicos. A convivência permanente com a Rede Pública de Ensino, mesmo por um projeto localizado em uma escola, foi disseminando entre eles outros elementos para uma leitura diferenciada da realidade escolar, dando um significado novo às teorias estudadas.

Outra consequência desse processo foi o despertar do interesse dos alunos e também dos professores para a importância do próprio curso, levando-os a uma reflexão mais profunda sobre os objetivos e estrutura dos mesmos. Em alguns casos, proporcionou até à reformulação curricular, tanto nos aspectos da reestruturação do currículo, como nos conteúdos das disciplinas, no que tange à formação do professor.

Nesse sentido, a experiência do NE foi um dos fatores fundamentais para que se vislumbrasse uma nova forma de fazer a licenciatura. As atividades implementadas pelo NE funcionaram como elo integrador entre a sala de aula e a realidade, entre a teoria e a prática, entre o aluno/professor/Rede Pública de Ensino, entre a pesquisa e a ação. Essa integração possibilitou a superação da dicotomia entre os diversos saberes e as práticas educacionais, de alguma forma abordados na graduação. Os estágios deixaram de ser uma observação angustiante e ou burocrática para os alunos, para se tornarem um centro de interesse de investigação e de ação para o futuro profissional da educação.

Portanto, o NE foi se estruturando nos campus da Unesp, abrindo reais perspectivas para, por um lado, uma requalificação da relação entre universidade e escola pública, em nível infantil, fundamental e médio. De outro lado, para a formação de professores em todas as áreas do conhecimento. Assim, as licenciaturas da Faculdade de Filosofia da Unesp, campus de Marília, se inseriram, desde o início, no trabalho do NE. Entre elas, a licenciatura do curso de Ciências Sociais.

A EXPERIÊNCIA DO NE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE SOCIOLOGIA

O Núcleo de Ensino (NE) da FFC/UNESP tem desenvolvido, entre outras pesquisas, desde o início de seus trabalhos, pesquisas sobre a formação inicial e continuada de professores em Sociologia, e sobre a presença da disciplina Sociologia nas escolas, na região de Marília. Além desses temas, também tem investigado o cotidiano escolar das escolas parceiras, visando apreender elementos da realidade escolar que possibilitassem a elaboração de diagnóstico e propostas de soluções para os principais problemas existentes nessas instituições.

A pesquisa pioneira de CHAMMÉ e MOTT⁴, na região de Marília, buscou identificar a realidade do ensino da Sociologia nas escolas de 2º grau. Analisando o período de 1984 a 1993, os pesquisadores, embora constatando a quase duplicação de escolas com a referida disciplina, encontraram, também, condições desfavoráveis a consolidação da Sociologia na grade curricular. As razões que explicam tal fato são diversas e perpassam desde a falta de condições estruturais até a resistência ideológica de parte significativa da comunidade escolar perante a Sociologia.

A realidade do ensino de Sociologia para o 2º grau revelase, pois, delicada e preocupante se considerarmos que a pulverização da carga horária, em várias disciplinas distintas, representa a possibilidade que os professores das disciplinas da área de Humanas têm de complementar suas cargas horárias e, então, poderem perceber os parcos rendimentos que o Governo do Estado oferece aos professores da Rede. Com salários aviltados, que mal lhes permite a assinatura de um único jornal que seja, o que dizer sobre a compra de livros? Além disso, estando eles responsáveis por diferentes disciplinas, múltiplos programas específicos e iguais Propostas Curriculares, mal lhes sobra tempo para correção de trabalhos e provas de seus alunos... (CHAMMÉ, MOTT, 1996, p.127).

As dificuldades detectadas para a disciplina de Sociologia, como também para os seus professores, são muito próximas, pois ambos, além dos problemas característicos da educação brasileira, encontram um elemento adicional à sua situação específica na Rede Pública de Ensino, qual seja, a desvalorização dessa disciplina e também do seu profissional, conseqüência direta de décadas da sua inconstante presença no currículo da escola. Esse processo de "entra e sai" do currículo, ao longo da história da educação brasileira, não permitiu a consolidação da disciplina Sociologia e, conseqüentemente, o reconhecimento e o "status" das outras disciplinas já consolidadas na grade curricular como Português e Matemática. As razões que justificam tal processo ainda precisam ser melhor investigadas pelos pesquisadores da área.

⁴ O projeto "A realidade do ensino da sociologia no 2º grau: inovações e continuidades", foi desenvolvido junto ao Núcleo de Ensino da FFC/Marília, sob a coordenação dos professores Sebastião Jorge Chamme e Yoshiko Tanabe Moott, ambos professores do Departamento de Sociologia e Antropologia, no período de 1990.

Além disso, a concepção de sociedade e de educação dominante no Brasil contribuiu significativamente para a maior marginalização da Sociologia na escola.

Diante do quadro já desolador de marginalidade em que se encontra a população brasileira em relação ao processo educativo excludente e expulsivo, no qual apenas pequena parcela que se manteve no processo de escolaridade ou que a ele retornou chega a freqüentar o 2º grau, pudemos observar – no tocante ao desinteresse ou à desinformação sobre os reais objetivos da Sociologia no 2º grau – a presença de uma situação de tal sorte reprodutivista e não interpretativa, capaz de contribuir para a geração do desinteresse e o conseqüente distanciamento do papel que o Ensino e 2º grau, por meio das inter-relações estabelecidas a partir da discussão crítica por disciplinas como a sociologia, poderia desempenhar na formação do indivíduo.(idem, p.123-124).

O diagnóstico elaborado pela primeira pesquisa do NE sobre a realidade da disciplina Sociologia na Rede Pública de Ensino só veio a se agravar, como também toda a problemática da escola. Tivemos, objetivamente, um decréscimo das aulas de Sociologia nas escolas e o surgimento e consolidação de um novo fenômeno: indisciplina e violência na escola.

Sabemos que a escola expressa, em muito, em seu micro espaço social, os problemas maiores da sociedade. Se há o aprofundamento do nível de exclusão social manifesto pelo desemprego, fome, falta de perspectiva de futuro, etc., também encontraremos na escola não só reflexos dessa exclusão social maior. A própria instituição desencadeia o seu processo de exclusão interno ao discriminar seus agentes sociais em vista da ausência de respostas aos problemas que enfrenta no seu dia-a-dia.

Neste sentido, as políticas educacionais implementadas pelos últimos Governos Federal e Estadual corroboram para o acirramento da crise estrutural da educação. A política de avaliação “Progressão Continuada”, desvirtuando a proposta original de ciclos, ao não dar as condições necessárias à escola a sua implementação (diminuição de número de aluno por sala, qualificação profissional, infraestrutura, etc.) criou o fenômeno da exclusão dentro do processo de inclusão. Hoje, há alunos formalmente aprovados, que não dominam os conhecimentos mais elementares do ler e escrever, que conseguem chegar ao ensino médio. Assim, temos na escola, cada vez mais, um grande número de alunos discriminados por não ter conseguido se apropriar dos conteúdos curriculares, mas aos olhos da estatística oficial do Governo estão aptos na sua escolaridade. A indisciplina é uma das conseqüências desse processo, que se não enfrentada adequadamente pode chegar a níveis de violência não desejados na escola.

Nos últimos anos, o NE tem sido muito procurado pelas escolas públicas de Marília e região exatamente para assessorá-las na busca de soluções para dois problemas centrais: as dificuldades de aprendizagem dos alunos e a indisciplina. Esses problemas estão presentes desde as escolas das séries iniciais do ensino fundamental até ao ensino médio, transformando-se em sério desafio para aqueles que atuam na educação⁵. Assim, alunos e docentes do curso de Ciências Sociais assumiram esse desafio e se envolveram, via NE, nessa nova frente de atuação: as séries iniciais do ensino fundamental.

O NE tem atuado em escolas de 1^a a 4^a séries com trabalho interdisciplinar (Português, Matemática, Filosofia e Ciências Sociais). Em uma delas, o trabalho foi realizado com turmas de Reforço, com cerca de 60 alunos no total, com cada turma tendo duas horas e meia de aula de Reforço por semana, em horário diferente das aulas regulares. A primeira etapa do trabalho do NE foi conhecer as professoras responsáveis, bem como delinear o perfil e as dificuldades dos alunos do reforço, tendo chegado nas seguintes questões:

- a) *Sérias dificuldades de aprendizagem*: os alunos não dominam o ler e o escrever, comprometendo profundamente os conteúdos das áreas específicas, especialmente os das Ciências Humanas (História/Geografia), ficando a parte conceitual extremamente prejudicada, gerando graves distorções na 5^a série, quando, na verdade, o aluno se defrontará, de fato, pela primeira vez, com os conteúdos dessa área do conhecimento.
- b) *Frágil formação dos professores na área de Ciências Humanas*: os docentes da escola, nas reuniões periódicas dos projetos anteriores de Ciências Humanas, declararam, por diversas vezes, não dominar os conteúdos de História e Geografia, pois simplesmente não tiveram esses conteúdos na sua formação específica. Logo, optavam por não ensiná-los, para não ensiná-los errados. Esse fato já explicitava a forte resistência ao conteúdo desconhecido, notadamente pela sua ausência na formação desses professores. O trabalho de sensibilização junto aos professores foi um dos investimentos de destaque do NE.
- c) *Difíceis relações entre os agentes sociais da escola*: o motivo que levou a escola procurar a UNESP foi exatamente a dificuldade que enfrentava diante dos problemas de indisciplina e de violência. Por sua presença constante na escola, os vários projetos do NE puderam constatar que a indisciplina tinha pelo menos duas matrizes centrais: uma, centrava-se na própria dificuldade do aluno em aprender, derivada muitas vezes pela

⁵ O projeto "Ciências humanas na educação básica: desafio do fazer pedagógico" (2002/2003) atuou no trabalho interdisciplinar realizado pelo NE, nas séries iniciais do ensino fundamental. No ensino médio desenvolveu atividades voltadas à produção de material didático-pedagógico, articulando este material com as regências da licenciatura, realizadas em diferentes escolas.

limitação do professor em ensinar; outra, gerada nas relações extremamente desequilibradas entre os agentes sociais da escola, como, por exemplo, professor/aluno, aluno/aluno, professor/direção/coordenação, escola/comunidade. Esta escola é do distrito de Marília, e seus alunos, em sua maioria, de baixa renda, de famílias desestruturadas, com graves problemas de sociabilidade (alcoolismo, desemprego, fome, etc.). Essa combinação de fatores se transforma numa “bomba social”, quando os agentes sociais não se conscientizam da necessidade de mudança dessa situação. Apesar de ser um processo extremamente lento e difícil, a escola já deu um primeiro passo ao reconhecer a existência de problema e ao buscar auxílio.

Através do trabalho interdisciplinar, pautado na metodologia de projetos, o NE desencadeou um processo de mudança significativa na aprendizagem dos alunos da turma de reforço da referida escola. Em 2002, o NE desenvolveu os projetos: “*Identidade*”, que buscava resgatar as raízes e a cultura dos alunos; “*Igualdade e Diferenças*”, que trabalhava a discriminação econômica e racial, explicitando muitos conflitos e preconceitos dos agentes sociais da escola.

Em 2003, dando continuidade ao *Projeto Identidade*, foram desenvolvidas atividades que envolviam o trabalho com registro de nascimento e dados pessoais do aluno como a origem da família, seu peso e altura, a cultura do seu meio social, etc. O projeto culminou com a produção do livro “*Minha Vida*”, resultante do processo de pesquisa, realizada pelo aluno, sobre sua vida, projeto extremamente significativo para a recuperação da auto-estima da criança e o desenvolvimento de sua aprendizagem. O *Projeto do Supermercado* contou com atividades de exploração e descoberta do próprio espaço geográfico local, em visita ao supermercado e ao correio, ambos bem próximos da escola e pouco conhecidos dos alunos. Com atividades que envolviam a produção e envio de carta ao supermercado, visita ao mesmo, para conhecimento das suas seções de vendas, elaboração de lista de compra, organização de um supermercado fictício, mas com todas as atividades pertinentes (compra/venda, comprador/vendedor, cliente/caixa), foram desenvolvidas atitudes, habilidades e socialização de conhecimento das diversas áreas, que simplesmente fascinaram os alunos. Esse projeto se transformou em rica estratégia pedagógica, que despertou a curiosidade e o interesse dos alunos pelos diferentes conhecimentos abordados nessas atividades.

⁶ Os projetos dos NE, desenvolvidos em 2002 e 2003, atuaram em duas escolas de 1ª a 4ª séries, ambas pertencentes à Diretoria de Ensino da Marília.

Pautados na teoria da aprendizagem significativa, os projetos buscaram articular o conhecido pelos alunos, ou seja, sua realidade com os novos conhecimentos, estabelecendo relações diretas e problematizando o conhecido com o novo, construindo, paulatinamente a descoberta. Tal fato só é possível se o processo de ensino/aprendizagem tiver como centralidade a construção de significados.

(...) construímos significados cada vez que somos capazes de estabelecer relações “substantivas e não-arbitrárias” entre o que aprendemos e o que já conhecemos. Assim, a maior ou menor riqueza de significados que atribuiremos ao material de aprendizagem dependerá da maior ou menor riqueza das complexidades que formos capazes de estabelecer.(...) (SALVADOR, 1994, p. 149)

A riqueza dos significados é decorrente da capacidade de dar sentido à ação pedagógica, na qual o professor desempenha papel imprescindível entre o aluno e o conhecimento. O sentido expressa a individualidade de cada agente do processo pedagógico, pois a percepção que o aluno tem de uma atividade concreta e particular não coincide, necessariamente, com a do professor.

Portanto, há um conjunto de fatores determinantes de ordem psicológica, cultural, econômica e social que diferencia as motivações dos agentes perante o processo pedagógico, que influi fortemente na mobilização dos conhecimentos prévios do aluno para o estabelecimento da relação com o novo conhecimento. Sem o sentido da ação não é possível construir significados, pois este expressa uma etapa mais elaborada do processo. Assim a motivação (sentido) do aluno e professor para a ação pedagógica é fundamental para a construção de conhecimento, que começa com o compartilhar de sentidos e significados dos agentes sociais da ação pedagógica.

Nesse processo, o professor desempenha a função de mediador entre o que o aluno conhece e o que deve conhecer, criando uma série de atividades que possibilitem ao aluno se apropriar e produzir novos conhecimentos, por meio da rede de significados que conseguir estabelecer entre o que sabe e o novo saber.

Essa questão se apresenta hoje como crucial na escola, transformando-se no grande desafio, ou seja, *como garantir a apropriação e socialização do conhecimento nas condições atuais da educação?*

A pesquisa, até agora desenvolvida pelo NE, aponta como um caminho interessante e viável à aprendizagem significativa. Porém, um dos grandes entraves desse trabalho foi o envolvimento do professor na ação pedagógica diferenciada ao trabalho tradicional em sala de aula. As condições de trabalho, aliadas à frágil formação profissional se

apresentam em sérios obstáculos que se contrapõem às experiências pedagógicas diferenciadas na escola. Descobrir as razões da indiferença e da falta de motivação e de perspectiva do professor significa investigar as causas diretas da alienação do seu trabalho. Entender o processo implícito na postura do professor se constitui em uma das preocupações atuais da pesquisa educacional, pois desvendar tal problemática pode se tornar um elemento de compreensão e intervenção na realidade educacional.

Buscar a aprendizagem significativa implica em desvendar e conhecer profundamente o cotidiano escolar e as relações entre seus agentes sociais, pois na escola atual encontramos professor e aluno desmotivados para o processo pedagógico, onde o sentido e o significado estão ausentes na vida escolar, fazendo esvaír toda a possibilidade de transformação das condições objetivas de sala de aula e, assim, também destituindo a escola de sua tarefa histórica, como instituição, isto é, a produção e socialização do conhecimento.

A escola, como espaço sócio-cultural, é entendida, portanto, como um espaço social próprio, ordenado em dupla dimensão. Institucionalmente, por um conjunto de normas e regras, que buscam unificar e delimitar a ação dos sujeitos. Cotidianamente, por uma complexa trama de relações sociais entre os sujeitos envolvidos, que incluem alianças e conflitos, imposição de normas e estratégias individuais, ou coletivas, de transgressão e de acordos. Um processo de apropriação constante dos espaços, das normas, das práticas e dos saberes que dão forma à vida escolar. (...) (DAYRELL, 1996, P. 137)

Concomitantemente ao trabalho em sala de aula, foram realizadas entrevistas com os próprios alunos, seus professores e pais, visando traçar o perfil sócio-econômico-cultural desse aluno⁷. O diagnóstico central da pesquisa revela uma população estudantil que apresenta uma vida familiar com os problemas sociais característicos de escolas de periferia (pobreza, alcoolismo, analfabetismo, etc), juntamente com a quase total ausência de um mundo letrado em casa. Esse fato pode explicar, em parte, o choque cultural que este aluno leva ao chegar na escola e ser apresentado ao mundo letrado, sem muita cerimônia. A falta de sensibilidade por parte da escola em fazer uma *mediação cultural* entre dois mundos distintos dificulta a identificação do aluno com este novo espaço social. Essa questão precisa ser aprofundada, pois pode se tornar em um importante instrumento de ação e reflexão na escola.

Gradativamente, os alunos apresentaram significativas melhoras em termos conceituais nas diversas áreas, e melhor domínio no ler, escrever e contar. Esses resultados parciais só foram possíveis porque houve, na prática, um trabalho interdisciplinar dos diversos

⁷ A análise das entrevistas resultará em outro artigo a ser apresentado posteriormente.

projetos, através de atividades criativas que passavam de jogos lúdicos de matemática à recriação de historinhas infantis, com conteúdos voltados à temática da cidadania e discriminação social.

Assim, os alunos foram recuperando, aos poucos, o interesse pelos estudos e o hábito de estudar, que não existiam anteriormente, dispondo-se à realização das atividades com uma vontade de “*conhecer o desconhecido e desvendar o conhecido*” reconquistada nesse processo. Os alunos do Reforço, que participaram da avaliação do SARESP, de 2002, tiveram um desempenho muito bom, chamando a atenção da escola. Mesmo com os importantes avanços destacados acima, se faz necessário ainda um acompanhamento mais de perto e diferenciado junto a esses alunos. De um modo geral, os alunos foram adquirindo hábitos de estudos e desenvolvendo sua aprendizagem, apresentando uma postura muito melhor nas aulas regulares.

Para os alunos do curso de Ciências Sociais a experiência concreta com educação, por intermédio do NE, tem permitido uma formação diferenciada para a docência, mudando sua perspectiva como futuro profissional. O trabalho apresentado dá pistas concretas de como a área de Ciências Humanas pode estar contribuindo efetivamente para mudar esse quadro caótico da educação pública. A estratégia de atividades que privilegiem o processo de resgate de identidade dos alunos como sujeito histórico, como aluno, como cidadão dentro do mundo contemporâneo, se mostrou extremamente eficaz.

Em decorrência, se apresentou uma demanda efetiva de elaboração de material didático-pedagógico voltado à situação específica. Esses desafios devem se constituir em eixos permanentes na formação de professores na área de Ciências Humanas, em especial, de Sociologia.

Vale lembrar que a licenciatura de Ciências Sociais vem trabalhando na produção de material didático-pedagógico para o ensino fundamental e médio, abordando temáticas como: a questão racial na escola; cidadania; história do Brasil contada a partir da participação da juventude nos movimentos sociais; questão indígena, questão ambiental; questão do trabalho, do tempo e participação política; história do Brasil, valendo-se de *charges* de época; etc. Toda a produção foi incorporada ao acervo do NE, que busca constituir um Laboratório de Ciências Humanas, construído a partir de experiências significativas na formação dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Ciências Sociais têm um papel fundamental no resgate da identidade da instituição escolar, passando por um amplo processo de reflexão e transformação de seus agentes, isto é, alunos, professores, funcionários e a comunidade local. Isso implica uma nova perspectiva de atuação da universidade, trazendo para si a necessidade de redefinir o seu trabalho acadêmico, sobretudo no que se refere à formação de professores e pesquisa educacional. Neste sentido, a Sociologia tem uma contribuição valiosa a fazer nesse processo de busca de novas relações sociais no âmbito da escola, e no estabelecimento das diretrizes e conteúdo dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) na área de Ciências Humanas, que venham a colaborar na construção de alternativas pedagógicas, que possam subsidiar, de modo mais efetivo, os desafios do fazer pedagógico no cotidiano escolar.

Para dar conta de tal tarefa, ou seja, **do fazer pedagógico**, é necessário ter como **fio condutor a indissociabilidade entre a teoria e a prática**. Para tanto, uma ferramenta é vital nesse processo: a formação dos agentes sociais envolvidos. O planejamento de várias atividades que articulam a relação teoria/prática busca criar novos caminhos que consigam construir processos educativos mais consistentes, aliando a necessária reflexão sobre ação, com os indispensáveis fundamentos teóricos para começar a compreendê-la, numa relação dialética onde os pólos interagem. Por isso, a necessidade de seminários de estudos sobre os problemas encontrados no cotidiano escolar, visando a elaboração de subsídios para avançar na superação desses problemas.

Na perspectiva da formação docente, a concepção que a práxis pedagógica só é possível com pesquisa, com uma permanente reflexão do professor sobre a sua ação, o que o leva a produção de conhecimentos, de saberes pedagógicos, é fundamental para o trabalho educacional. Sem dúvida, isso requer uma articulação cada vez mais complexa no interior da escola e nos projetos que se disponham a contribuir nessa direção. Neste sentido, as Ciências Sociais têm um grande desafio à frente no trabalho da (re)significação das relações sociais no interior da escola e dos seus conteúdos curriculares, buscando recuperar o distanciamento histórico e teórico das últimas décadas, em especial a Sociologia, que pouco se dedicou à educação, trazendo sérios prejuízos à escola e à pesquisa científica.

Os PCN e a própria Lei de Diretrizes da Educação Nacional (LDB) ressaltam a importância dos conteúdos das Ciências Humanas na formação do aluno desde a escolarização inicial, apesar da quase inexistência das disciplinas de Sociologia e Filosofia na educação básica. Porém, contraditoriamente, verifica-se a desvalorização das Ciências Humanas na vida

da escola, que ultrapassa a questão curricular, explicitando-se como um problema maior de crise de valores éticos e morais da própria sociedade.

O acúmulo de pesquisa e atuação do NE junto à Rede Pública de Ensino possibilitou o delineamento de novas diretrizes à licenciatura de Ciências Sociais, que vem, aos poucos, repensando o seu processo de formação de professores. A articulação entre a licenciatura e o trabalho do NE vem se constituindo no novo caminho a ser trilhado no processo de formação de professores de Sociologia. Atualmente, com a Resolução CNE/CP 2, de 19/02/2002, juntamente com o Parecer CNE/CP 28/2001 - que define as novas diretrizes para os cursos de formação de professores, instituindo 400h de prática vivenciada ao longo do curso, 400h de estágio curricular supervisionado – iniciativas como as dos projetos do NE precisarão ser incentivadas e ampliadas, se a universidade pública quiser garantir a qualidade da formação docente.

BIBLIOGRAFIA

- AQUINO, J.G. (Org.). *Indisciplina na escola*. São Paulo: Summus Editorial, 1996, 7 ed.
- AZEVEDO, J.C. *Escola cidadã: desafios, diálogos e travessias*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CHAMMÉ, S.J., MOTT, Y.T. "A realidade do ensino da sociologia no 2º grau: inovações e continuidades". In: BICUDO, M. A. V., BERNARDO, M. V.C. (Orgs.). *Núcleos de Ensino: um projeto de educação continuada*. São Paulo: Editora da Unesp, 1996.
- COLL, C.C. *Aprendizagem escolar e construção do conhecimento*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- DAYRELL, J., (Org.) *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.
- GENTILI, P. (org.). *Pedagogia da Exclusão*. Petrópolis, Vozes, 1995.
- MENDONÇA, S.G.L. *Núcleo de Ensino da Unesp: estratégia de interação universidade e sociedade – O caso Unesp*. Tese de doutorado. Faculdade de Educação da USP. São Paulo, 1998.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Enfrentar e vencer desafios*. Brasília: abril de 2000.
- NIDELCOLFF, M. T. *A escola e a compreensão da realidade: ensaios sobre a metodologia das ciências sociais*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. *As ciências sociais na escola*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- NÓVOA, A.. *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1997, 3. ed.
- PIMENTA, S. G., (Org.). *Didática e Formação de Professores: Percursos e Perspectivas no Brasil e em Portugal*. São Paulo, Cortez, 1997.
- SALMERON, Roberto A. "Reflexões sobre a greve". In: LOUREIRO, Isabel, DEL MASSO, Maria Cândida (Orgs.). *Tempos de greve na universidade pública*. Marília: Unesp - Publicações, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2002.
- WORLD BANK. *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia*. Washington, World Bank, 1995.